



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Mensagem nº 40

Processo nº 22503

Proponente: Poder Executivo Municipal

Regime de Tramitação:Urgente

Data de conclusão à Procuradoria: 31/08/2021

RELATÓRIO

Trata-se de mensagem de origem do Poder Executivo Municipal cujo mérito solicita aprovação de Projeto de Lei que “dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 e dá outras providências”. O processo tramita exclusivamente em formato digital, constam dos autos eletrônicos os seguintes documentos em anexo.

- 9074 (pdf, 77 páginas);
- 029318 Despacho da Presidência - Projeto de Lei do Executivo 25_2021 - Executivo Municipal (página única);

PARECER

Em linhas gerais, podemos dizer que o “Plano Plurianual” estabelece as diretrizes e metas da Administração Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, e suas disposições alcançam o final do primeiro exercício financeiro do mandato do próximo prefeito.

Para auxiliar na compreensão do tema, transcrevemos:

“A classificação da despesa em categorias econômicas tem por finalidade identificar o efeito econômico da realização da despesa, ou seja, evidencia como os gastos foram realizados, se o governo realizou investimentos, construiu bens públicos, despesas de custeio, para pagamento etc.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

As despesas de capital auxiliam na formação ou aquisição de um bem de capital, diferentemente das despesas correntes, cujos recursos são aplicados em outras finalidades. Essa é a característica principal que diferencia esses grupos de despesa: o fato do dispêndio contribuir (ou não) para a formação ou aquisição de um bem de capital”.

(...)

Pode-se dizer que são despesas geradas pelo incremento do patrimônio permanente ou pela amortização de dívidas, quais sejam: construção de escolas, rodovias, pontes, aquisição de imóveis, aquisição de ações, entre outras.

As despesas de capital possuem como contrapartida o incremento no patrimônio permanente ou a amortização de dívidas, motivo pelo qual tais despesas **normalmente** acarretam fatos permutativos, ou seja, entrada de ativo (bem ou direito) e concomitante saída de ativo (recurso financeiro) no mesmo valor, ou saída de ativo (recurso financeiro) e concomitante baixa de passivo (obrigação) no mesmo valor.

(CARVALHO, Deusvaldo. Manual Completo de Contabilidade Pública: Teoria Descomplicada. Deusvaldo Carvalho, Marcio Ceccato – 3ª ed. – Niterói, RJ: Imptus, 2015. P.170 e 181).

Adentrando ao mérito do processo legislativo de aprovação das leis orçamentárias, citamos também:

“A iniciativa destas leis é exclusiva do Executivo Municipal nos termos do art. 165 da CF. Ademais, há prazos para o respectivo



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

protocolo nas Câmaras Municipais, que devem estar previstos na lei orgânica. O §1º do art. 166 da CF apresenta trâmite diferenciado, com a apreciação destes projetos por uma comissão mista, formada por deputados e senadores, para a análise das emendas apresentadas, que, por sua vez, somente poderão ser interpostos em prazo determinado pelo regimento interno. uma vez transcorrido o prazo para a apresentação de emendas, estas não serão mais cabíveis. Após, encaminham-se o projeto e as emendas para a apreciação do Plenário. Foge-se do processo legislativo ordinário, onde as proposições são encaminhadas para as mais diversas comissões permanentes, com a possibilidade de apresentação de emendas até o processo de votação.

Com as respectivas adaptações, este é o procedimento a ser adotado em nível local. Usualmente, a comissão permanente responsável pelas questões orçamentárias é quem conduz a análise destes projetos e das respectivas emendas apresentadas nos prazos definidos. Para tanto, a comissão oficial a todos os parlamentares acerca do início e término dos respectivos prazos.

É grande a dificuldade para os parlamentares apresentarem emendas aos projetos do PPA e da LDO, já que são, por excelência, instrumentos do planejamento e da atuação e da despesa governamental. As particularidades dos programas (denominação, objetivo, público-alvo, prazo, indicador, índice recente/desejado e fonte) e ações (tipo, descrição da ação, do produto, unidade responsável e quantidades anuais) esculpidos no PPA são de difícil mensuração pelo parlamento, o que dificulta a realização de emendas. Da mesma forma, as prioridades e metas da Administração e respectivos anexos constantes



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

na LDO. Assim, restará ao parlamentar maior possibilidade da realização de emendas pontuais, seja no PPA, seja na LDO”.

(CORRALO, Giovani da Silva. O Poder Legislativo Municipal. Aportes Teóricos e Práticos para a Compreensão e o Exercício da Função Parlamentar nas Câmaras de Vereadores. São Paulo – SP: Malheiros Editores, 2008. P. 111-112)

O procedimento regulamentado em nível municipal para deliberação sobre o Plano Plurianual, como vimos anteriormente, é estabelecido a partir das disposições constantes da Lei Orgânica:

Art. 137 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal.

§ 1º Caberá às comissões técnicas componentes da Câmara Municipal:

I - **examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo** e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - **examinar e emitir parecer sobre os planos e programas** previstos nesta Lei Orgânica e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

§ 2º As emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas à comissão competente que, sobre elas, emitirá parecer, o qual será apreciado em plenário, na forma regimental.

(...)



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

§ 5º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo, enquanto não tiver sido iniciada a votação na comissão competente.

§ 6º Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariem o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

A respeito das regras internas que norteiam o trâmite do processo legislativo no âmbito da Câmara de Vereadores, destacamos as seguintes disposições:

Art. 26- (...)

Parágrafo único. Nas Sessões em que esteja incluído na ordem do dia o debate da Proposta **Orçamentária, das Diretrizes Orçamentárias e do Plano Plurianual**, o expediente será de 02 (duas) horas.

Art. 69- Encaminhado qualquer expediente ao Presidente da Comissão Permanente, este encaminhará ao Relator em 48 (quarenta e oito) horas para emitir parecer, o qual deverá ser apresentado em 7 (sete) dias.

§ 1º- A Comissão, após este prazo, terá 7 (sete) dias para apresentação do parecer definitivo.

§ 2º- Os prazos acima mencionados, para fins de apresentação de pareceres, serão duplicados em se tratando de **Proposta Orçamentária, Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual**, do Processo de Prestação de Contas do Município e, triplicados quando se tratar de Projeto de Codificação.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Art. 77- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:

I - plano plurianual;

Art. 120- As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão, em cuja ordem do dia se ache incluída a proposição a que se referem, para fins de sua publicação, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates ou se tratar de projeto em regime de urgência, ou quando estejam elas assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º- As emendas à **proposta orçamentária, à lei de diretrizes orçamentária e ao plano plurianual** serão oferecidas no prazo de 10 (dez) dias a partir da inserção da matéria no expediente.

Art. 136- Em todas as discussões o projeto será debatido em sua totalidade.

(...)

§ 3º- Quando se tratar de **Proposta Orçamentária, Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual**, as Emendas possíveis serão deliberadas em única instância antes do projeto, em sua primeira discussão.

Art. 157- (...)

Parágrafo único. Não haverá encaminhamento de votação quando se tratar da **Proposta Orçamentária, das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual**, de julgamento das Contas do Município, de Processo Destitutivo ou de Requerimento.

Art. 158- (...)

Parágrafo único. Não haverá destaque quando se tratar da **proposta orçamentária, das diretrizes orçamentárias, do plano plurianual**,



de veto, de julgamento da contas do Município e em quaisquer casos em que aquela providência se revele impraticável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fundamentos normativos e doutrinários expostos acima, encaminhamos o processo legislativo ao prosseguimento, *opinando pela viabilidade da tramitação*, devendo o expediente ser, ***primeiramente, encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para manifestação conforme art. 76, §1º do Regimento Interno. Em ato subsequente, conclusão ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento para apreciação conforme o rito do art. 173, §2º da Lei Orgânica.*** À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 1 setembro de 2021

Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257